

PRÁTICAS DE LETRAMENTO EM FLE: RESIGNIFICAR PARA FORMAR O SUJEITO CRÍTICO

Sílvia Maria Santos Marinho (Pós-Crítica/UNEB)

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Martins Moreira

INTRODUÇÃO

O ensino de Língua estrangeira (LE) e a escolha dessa língua a ser inserida na grade curricular das escolas brasileiras sempre estiveram associados ao sistema político e econômico do país. Assim, este trabalho tem por objetivo discutir e analisar em que medida o ensino de línguas estrangeiras, nas escolas, reforça a manutenção do ensino monoglota em um país com diversidade de realidades como o Brasil, uma vez que essa prática pode reproduzir a estrutura de poder fundado em princípios capitalistas. O presente trabalho terá como suporte teórico estudos realizados por Tomaz Tadeu da Silva, Edgar Lander, Walter D. Mignolo, Pierre Bourdieu para discutir e ressignificar as práticas de ensino de língua estrangeira possibilitando a inserção de uma segunda língua (FLE) no processo de ensino aprendizagem, como perspectiva de descolonização. Para melhor desenvolvimento desse trabalho será feita uma revisão de literatura para mostrar que o ensino de língua estrangeira é necessário para a formação do pensamento crítico do cidadão, assim como para desconstruir a crença de que a aprendizagem de uma língua deve ser determinada pelo sistema mercadológico.

Estudar língua estrangeira é oportunizar ao educando ampliação de sua visão de mundo, além de ser um elemento de desenvolvimento intelectual. O ensino de língua estrangeira contribui para que o indivíduo possa tomar consciência de sua identidade, assim como tomar consciência do valor de sua própria cultura, conhecendo outras culturas e percebendo as diferenças e semelhanças entre elas. É preciso reconhecer que a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira tem o mesmo papel educativo que as outras disciplinas que compõem o currículo escolar.

Aqui no Brasil, desde o período colonial, o ensino de línguas sempre esteve ligado às questões políticas. No período da colonização portuguesa a preocupação com a educação, de certa forma, era uma estratégia para facilitar o processo de dominação da nação colonizadora e expandir a religião católica ao novo mundo. Naquele momento, as línguas estrangeiras ensinadas eram o grego e o latim. Com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, as línguas modernas, inglês e francês, começaram a ser valorizadas e aparecem como parte do currículo escolar brasileiro.

A língua francesa exerceu um papel influente, no século XVIII, com a chegada da Corte Portuguesa, entre a população urbana e letrada da época. Atualmente é a língua inglesa que ocupa um lugar de destaque no cenário brasileiro, e devido essa influência ela traz como bagagem uma

variada gama de conceitos e ideias da cultura norte-americana. Deveria trazer influências inglesas, europeias, se hoje a Inglaterra fosse ainda considerada uma potência econômica. A política de mercado é que, direta ou indiretamente, determina a língua estrangeira que deve ser ensinada nas escolas brasileiras. Nesse caso, percebe-se que as relações de poder representam papel importante no que se refere à escolha da língua obrigatória e da inserção da segunda língua estrangeira.

1.O ENSINO MONOGLOTA EM UM PAÍS DE MÚLTIPLAS REALIDADES

O ensino de língua estrangeira é uma disciplina obrigatória na grade curricular das escolas públicas, particulares e privadas de ensino fundamental e médio. Por questões políticas e econômicas, no período pós-guerra (1945) a língua inglesa passou a ocupar um espaço de destaque no cenário mundial e, também, brasileiro, e anos mais tarde ela se tornou obrigatória no currículo escolar das escolas brasileiras. Sob a influência da globalização e do transnacionalismo a interação da comunidade internacional e a interação com o mercado globalizado são conduzidos, principalmente, através da língua inglesa. Com isso, aprender o inglês passou a ser sinônimo de melhores oportunidades de trabalho e maiores chances de mobilidade social, significa dizer que em decorrência de uma atitude social, o brasileiro sente-se obrigado a aprender a língua inglesa para ter maiores chances de ascender socialmente. Essa atitude social estabelece relação direta entre o conhecimento da língua inglesa e o almejado sucesso material, o que é reforçado pela reprodução de valores ideológicos e culturais americanizados. Nesse caso, o aprendizado da língua estrangeira resume-se, pode-se dizer, a uma atividade mecanizada.

O ensino de língua estrangeira deve levar o educando a reconhecer-se enquanto sujeito ativo na sociedade, para que ele possa conhecer e compreender melhor o mundo ao seu redor, além de ser um importante fator de desenvolvimento intelectual. Conceber a língua estrangeira, unicamente, como instrumento de ascensão social é reduzi-la a um mero objeto de negociação comercial.

Tomaz Tadeu da Silva em uma de suas reflexões sobre educação, a partir de uma análise marxista, questiona:

[...] uma vez que na análise marxista, a economia e a produção estão no centro da dinâmica social, qual é o papel da educação e da escola nesse processo? Como a escola e a educação contribuem para que a sociedade continue sendo capitalista, para que a sociedade continue sendo dividida entre capitalistas (proprietários dos meios de produção), de um lado, e trabalhadores (proprietários unicamente de sua capacidade de trabalho), de outro? [...] a escola contribui para a reprodução da sociedade capitalista ao transmitir, através das matérias escolares, as crenças que nos fazem ver os arranjos sociais existentes como bons e desejáveis[...] (SILVA, 2013, p. 32).

A partir desse questionamento e da resposta dada percebe-se que a escola é parte importante nesse processo ao se tornar reflexo da economia capitalista vigente. Mais adiante Silva acrescenta que, segundo *“Bourdieu e Passeron, a dinâmica da reprodução social está centrada no processo de reprodução cultural. É através da reprodução da cultura dominante que a reprodução mais ampla da sociedade fica garantida”*. Essa ideia só reforça que a classe detentora do poder é que decide o valor social da cultura que prevalecerá na sociedade movida pelo poder econômico.

A aprendizagem de uma língua estrangeira seja ela o inglês ou o francês não deve estar atrelada somente ao aspecto econômico, ela deve acontecer na perspectiva de contribuir com a formação do cidadão que participa e constrói sua história.

O saber e o poder, segundo Foucault, dialogam entre si de tal forma que os discursos são construídos a partir das formas de dominação. Para ele, o discurso que comanda a sociedade é sempre o discurso de quem, na maioria das vezes, detém o saber. Ele focaliza na sociedade capitalista o sujeito como aquela pessoa que está sendo construída a partir das ideias produzidas pelos indivíduos que estão numa posição superior, de destaque, sendo representados pela classe dominante.

O Brasil sempre foi um país marcado pelas diferentes classes sociais, o que significa que para cada classe foi construída uma imagem que a faz ter ou não poder na sociedade. O processo civilizatório ao qual o Brasil sempre esteve exposto desde a colonização dos portugueses, perdura até os dias atuais, dentro de uma outra configuração. O método utilizado pelos portugueses no momento da colonização colocou o Brasil numa posição subalterna em relação ao seu colonizador, confirmando a ideia de que aquele que domina terá o poder sobre o seu dominado.

Para reforçar essa ideia de subordinação em relação a outrem, Tomaz Tadeu diz o seguinte:

Embora seja evidente que somos cada vez mais governados por mecanismos sutis de poder tais como os analisados por Foucault, é também evidente que continuamos sendo também governados, de forma talvez menos sutil, por relações e estruturas de poder baseadas na propriedade de recursos econômicos e culturais. (SILVA, 2013, p. 145)

Nesse contexto, não se pode ignorar que o fato dos Estados Unidos pertencerem a um bloco econômico poderoso, o poder político desse país continua *“imperando”* no que se refere à escolha da língua estrangeira nas escolas públicas de uma forma geral.

O sistema capitalista hoje pode ser entendido como o grande colonizador, o grande dominador no cenário financeiro mundial, e todo aquele que se enquadra como uma grande potência capitalista pode ser considerado um dominador, aquele que exerce o poder sobre aquele que não se enquadra dentro desse perfil mercadológico. Assim, dentre as várias potências econômicas mundiais

destacam-se os Estados Unidos, que fortaleceu essa posição no período pós-guerra. Pode-se dizer que a grande o grande discurso das potências capitalista é a universalização, a totalização dos bens simbólicos e não simbólicos. Nesse contexto, é possível ver os Estados Unidos, hoje, como o dominador em relação à política econômica brasileira e como tal aquele que em muitas situações determina o rumo das políticas desenvolvidas em nosso país. Dentre essas políticas destaca-se a universalização da língua inglesa. Nesse caso, a língua deixa de lado seu verdadeiro papel para funcionar simplesmente como instrumento de manutenção de um sistema financeiro vigente. O que reforçado por Quijano quando diz:

A colonialidade é constituída do poder capitalista operando quer nos domínios da vida social quer nos âmbitos da subjetividade e intersubjetividade através de instrumentos de coerção tendo em vista a reprodução e perpetuação das relações sociais de dominação. (Quijano, 2005)

Mesmo esse processo de colonialidade sendo real, é possível pensar em formas alternativas que conduzam o cidadão a perceber, compreender e interpretar o mundo, atual, de outra forma, descentralizando o pensamento eurocêntrico-colonial de sua posição inicial, e deslocando o pensamento das antigas colônias, das periferias, redimensionando-o para ocupar e demarcar seu próprio lugar, numa perspectiva libertadora e igualitária. Maritza Montero (apud. Lander, 2005, p. 15) aponta algumas alternativas para que a América Latina ocupe o lugar de fala de um povo até então subjugado por seus colonizadores. Dentre elas destacam-se:

Uma concepção de comunidade e de participação assim como do saber popular, como formas de constituição e ao mesmo tempo produto de uma episteme de relação.

A ideia de libertação através da práxis, que pressupõe a mobilização da consciência, e um sentido crítico que conduz à desnaturalização das formas canônicas de aprender-constituir-se no mundo.

A redefinição do papel do pesquisador social, o reconhecimento do Outro como Si Mesmo e, portanto, a do sujeito-objeto da investigação como ator social e construtor do conhecimento[...]. (MONTERO, 1998).

O ensino de FLE pode ser uma alternativa para romper com essa falsa universalidade, com o ensino monoglota; para propor um conhecimento universal enraizado numa consciência não totalitária, que considera outras possibilidades de aquisição do conhecimento.

Esse trabalho será uma oportunidade de verificar a relevância das práticas de letramentos desenvolvidas pelo professor de FLE, em Alagoinhas e Riacho da Guia, partindo do lugar de fala desse professor. A partir da perspectiva de análise da Crítica Cultural, será possível ter uma visão mais contundente sobre o assunto, permitindo perceber as implicações sociopolíticas que circundam os espaços reservados ao ensino de FLE, Escola Est. Luiz Navarro de Brito, na zona urbana de Alagoinhas, e no Col.Est. João Paulilo, que fica em uma comunidade rural da cidade de Alagoinhas,

cidade na qual está localizada a Universidade do Estado da Bahia, onde existe o curso em licenciatura de Língua Francesa e suas literaturas.

Segundo Deleuze e Guattari (1995, p. 36), na obra *Mil Platôs*, os autores quando falam sobre rizoma, mostram uma estratégia metodológica rizomática que se distingue por “*não ter começo nem fim*”, porque atua em vários espaços, descaracterizando a existência de um único centro, “*não há centro e nem periferia*”. Essa noção de descentralização acaba por questionar a dominação de quem sempre esteve geograficamente no centro para focalizar quem sempre esteve em zonas periféricas, levando-nos a pensar em outras possibilidades e alternativas para fazer emergir tudo que estava à margem. Associando esse método rizomático ao ensino de língua francesa em Alagoinhas é pensar essa prática como uma forma alternativa em relação a manutenção do ensino de uma única língua estrangeira, a língua inglesa, nas escolas públicas. A inserção de uma segunda língua representaria a diferença, a descentralização, o deslocamento de uma visão mercadológica que abala aquilo que é considerado como a dominação do centro. Entretanto, para que essa descentralização aconteça é preciso que haja revoluções, mudanças a começar pelo cumprimento do Art. 36, inciso III da LDB/1996, que admite o ensino de duas línguas, uma obrigatória e outra optativa, na grade curricular das escolas públicas de Ensino Médio. A mudança de mentalidade, daqueles que estão no poder e dirigem suas respectivas escolas, também é pré-requisito para que essas mudanças se realizem.

2 O ENSINO DE LE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO SUJEITO CRÍTICO.

As diferentes práticas de letramento desenvolvidas em contextos variados e específicos de nossas vidas constroem níveis de aprendizado, de desenvolvimento de leitura e de escrita que contribuem para a formação identitária de cada sujeito dentro de um determinado contexto. O ensino de língua estrangeira pode possibilitar esse variado aprendizado. No entanto, é necessário pensar em um aprendizado voltado para a formação de um sujeito crítico. Quando se tem acesso a um ensino, onde os agentes preocupam-se com a formação integral do indivíduo, ela pode fazer com que esses indivíduos vejam o mundo e suas possibilidades de outra forma.

Sabe-se que o valor atribuído ao nosso discurso está relacionado ao valor social de quem fala, a posição social que a pessoa ocupa. Dessa forma, ser falante de uma língua estrangeira pode levar o indivíduo a ser visto de outra forma, mais participativo, mais atuante, visto que este falante está frequentemente organizando e reorganizando seu pensamento em relação à noção de quem ele é, e como interage com o mundo a seu redor. Assim, pode-se dizer que à medida que se investe no aprendizado de uma língua estrangeira estamos investindo na construção de nossa própria identidade social. Vale ressaltar ainda, que nas práticas educacionais, assim como em outras práticas

da vida social, identidades e crenças são elaboradas, negociadas e transformadas de maneira contínua e intermediadas através da língua.

Pensar o ensino de Língua francesa, em Alagoinhas, é pensar numa forma de ruptura com os paradigmas vigentes que regem a educação do ponto de vista colonizador. Descolonizar, nesse contexto, passa a ser sinônimo de ter liberdade de escolha, uma vez que a própria Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases, art. 36, inciso III, oportuniza a liberdade de escolha do aprendizado de uma segunda língua estrangeira. A inserção de uma segunda língua na grade curricular das escolas públicas ou privadas só aumentaria o nível de conhecimento do educando, pois através dela, esse indivíduo tomará consciência dos vários papéis sociais existentes na sociedade e aprenderá como se relacionar com ou através deles. Dessa forma, o curso de licenciatura em língua francesa e literaturas, numa universidade, assim como o ensino dessa língua francesa na grade curricular de escolas públicas não podem ser vistos como curso e/ou disciplina desnecessários.

A língua francesa está presente em diversas universidades estaduais e federais, a exemplo da UnB em Brasília, da Universidade Federal do Rio grande do Sul, da Universidade Federal do Amazonas, da Universidade Estadual de Alagoas, da PUC de São Paulo, entre outras. A partir desse contexto, percebe-se que a língua francesa tem a sua importância no que se refere à formação do sujeito contemporâneo. Aqui na Bahia, temos a UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana, a UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz e a UNEB, campus II, Alagoinhas, com cursos de licenciatura em Língua Francesa, entretanto, nessa região, esse curso não tem muita visibilidade frente a outros, por exemplo, cursos ligados à saúde, aos cursos ligados às engenharias, entre outros, mesmo no campus II da UNEB, tendo um Mestrado em Crítica cultural, cuja parte da bibliografia é de autores franceses, a língua francesa aparece ainda como uma língua menos relevante.

É importante fazer com que esse curso permaneça sendo oferecido normalmente nesses locais. Por outro lado, parece haver um interesse em manter esse mesmo curso na invisibilidade. Esse desejo pode reproduzir uma ideologia de prestígio constituída por crenças que nos levam a aceitar e acreditar nas estruturas capitalistas existentes como boas e necessárias. Manter, somente, o ensino de língua inglesa nas escolas públicas pode representar a manutenção de um sistema voltado exclusivamente para a comercialização. A escola atua nesse sistema como um veículo de transmissão ideológico do estado, através do seu currículo, quando privilegia a manutenção apenas de uma língua estrangeira, língua essa que representa uma das potências econômicas mundiais.

O contato com outras culturas através do ensino de Língua estrangeira, especificamente, francês, oportunizará o educando não só conhecer sobre essas outras culturas estrangeiras, como também levá-lo a compreender melhor e valorizar mais a sua própria cultura. Outro aspecto

importante que merece ser mencionado é que a língua seja ela materna ou estrangeira é também constituída pela identidade do aluno e é através dela que esse aluno tem acesso ou não às redes sociais.

Ao falar outra língua, o aluno não estará somente trocando informações com seu interlocutor, ele estará frequentemente organizando e reorganizando o conceito de quem ele é e de como ele, enquanto, sujeito se relaciona com o mundo. A partir do momento que esse processo se realiza, o aluno se envolve na própria construção de sua identidade. É nessa perspectiva que o ensino de língua estrangeira deve se desenvolver, para que o educando sinta-se importante enquanto coparticipante do processo de produção do conhecimento.

De qualquer forma, é interessante responder a certas questões que são necessárias para conhecermos o processo em que o ensino de língua francesa, na região de Alagoinhas, está inserido:

De que modo a concepção do ensino de língua francesa tem se desdobrado em prática pedagógica e cultural desses professores, atuantes no campo e na cidade?

De que forma a UNEB, Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas, tem acolhido as experiências de sala de aula desses professores e apoiado a manutenção dessa disciplina nessas escolas de Alagoinhas?

Refletir sobre essas questões será o primeiro passo para resignificar a prática de ensino de FLE (Francês língua estrangeira), nesses ambientes, para a partir dessa realidade, o ensino de língua estrangeira (Francês) possa tornar-se uma potência, capaz de promover mudanças nesse contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados neste trabalho será uma oportunidade de verificar a relevância da inserção de uma segunda língua estrangeira na grade curricular das escolas públicas de Alagoinhas. Vale ressaltar que a partir da perspectiva de análise da Crítica Cultural, será possível ter uma visão mais contundente sobre o assunto, permitindo perceber as implicações sociopolíticas que circundam os espaços reservados ao ensino de FLE, especificamente na região de Alagoinhas.

A inserção de uma segunda língua estrangeira no currículo das escolas públicas nessa região, não se resume a tarefa de resgatar o prestígio da língua francesa que, algumas décadas atrás, era uma língua obrigatória na grade curricular das escolas brasileiras, o objetivo é mostrar como a língua francesa pode contribuir para a formação do sujeito crítico, uma vez que tem-se conhecimento de

que uma língua não é apenas um meio neutro de comunicação, mas ela é primeiramente concebida e compreendida como referência ao seu significado social.

A manutenção apenas de uma língua estrangeira nas escolas públicas é reduzir as possibilidades do educando adentrar outros espaços e conhecer outras realidades, inclusive porque se vive hoje num contexto multidisciplinar, pluricultural, do qual a escola precisa fazer a sua parte, oportunizando novos olhares e potencializando outros conhecimentos. Nesse novo cenário de muitas informações é preciso acrescentar, ampliar os conhecimentos e não ignorá-los. Dessa forma, a manutenção do ensino monoglota representa uma espécie de aprisionamento, um retrocesso em relação ao discurso proferido no contexto atual.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção IV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 7-37.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LANDER, Edgard (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro, 2005.

KLEIMAN, Angela B. Leitura e prática social no desenvolvimento de competências no ensino médio. In. BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). *Português no Ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

SANTIAGO, Silvano. A Democratização no Brasil (1979-1981): Cultura versus Arte. In: *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias do currículo*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SOARES, Magda. *Letramento: Um tema em três gêneros*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.